

## **Moção sectorial para uma maior igualdade de rendimentos e de património**

**- XXII Congresso Nacional -**

O Programa do XXII Governo Constitucional definiu, entre os seus principais desafios estratégicos, o combate à desigualdade em Portugal, com foco na defesa da igualdade de rendimentos e na erradicação da pobreza.

Depois da crise económica e financeira internacional e da consequente crise das dívidas soberanas, a última década foi dedicada à recuperação da economia portuguesa e do bem-estar social. Após um longo período de austeridade e de reformas com elevados custos sociais, Portugal conseguiu finalmente convergir com os restantes Estados Membros da Zona Euro. O emprego recuperou, ganhámos quota de mercado internacional, recuperámos credibilidade perante investidores estrangeiros, e tornámos possível um cenário de excedente orçamental.

No entanto, apesar dos progressos observados desde 2015, muito por força do crescimento do salário mínimo nacional, Portugal está ainda nos cinco países da Zona Euro onde existe uma maior desigualdade de rendimentos, apresentando um risco de pobreza significativo.

Foi de forma inesperada que surgiu esta nova pandemia internacional, gerando um forte impacto no nosso modo de vida e nos mais diversos setores da sociedade, com repercussões ao nível do emprego, riqueza e desigualdade, cujas consequências se farão sentir ao longo da próxima década. Tal como em anteriores crises, são as famílias mais desprotegidas que mais sofrem, e sofrerão, os efeitos da COVID-19.

Por outro lado, a atual crise pandémica veio também, uma vez mais, descredibilizar as campanhas de Estado mínimo, e alertar para a necessidade de um Estado robusto e



capaz de proteger a saúde, a economia e o emprego, quando mais necessitamos. Tal como defendido pelo engenheiro António Costa Silva, *“Quando há uma epidemia como esta, não é o mercado que nos vai salvar, é o Estado, os serviços públicos e o Serviço Nacional de Saúde, e eu espero que haja a humildade de assumir esta derrota histórica que a realidade impôs a ideias ultraliberais”*.

Avizinham-se tempos de mudança. Ao que tudo indica, através dos mecanismos financeiros previstos no Plano de Recuperação Europeu e do novo Quadro Financeiro Plurianual, teremos na próxima década um volume histórico de recursos financeiros disponíveis, essenciais na construção das bases para um crescimento inteligente, mais digital e sustentável da economia portuguesa. No entanto, é também necessário trabalhar na elaboração de medidas e reformas que garantam que a recuperação económica seja simultânea com uma recuperação social.

Torna-se então necessário repensar o futuro da sociedade e redefinir novas estratégias para o futuro. Necessitamos de um sistema fiscal justo que trate de forma diferente quem tem mais, e contribua para a correção de desigualdades que impedem os menos favorecidos de beneficiar das oportunidades de evolução social.

Consciente do período delicado e desafiante que serão os próximos anos, a Juventude Socialista deverá, uma vez mais, apresentar uma voz ativa e reivindicativa na procura de uma sociedade mais justa e igualitária, colocando o combate à desigualdade de rendimentos e de património no topo das suas prioridades.

É neste sentido que a presente moção procurará, junto da Juventude Socialista, discutir a definição de novas propostas e medidas que promovam uma maior justiça social, e dotem o Estado de recursos que o capacitem a exercer as suas funções de redistribuição e de fornecimento de serviços públicos.

A moção apresentada tem como desígnio a igualdade de rendimento e de património, através das seguintes propostas:

1. Retomar a discussão em torno da reintrodução de um imposto progressivo sobre heranças e doações de elevado valor, de forma a promover uma sociedade mais justa e meritocrática. Atualmente, a maioria dos países europeus apresentam impostos sucessórios nos seus sistemas fiscais;
2. Debater a necessidade de uma maior progressividade no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), e a integração de novos escalões. O código de IRS atualmente em vigor apresenta uma taxa normal máxima para rendimentos superiores a €80.882 anuais, penalizando excessivamente a classe média-alta;
3. Debater a criação de um mecanismo de progressividade no Imposto Municipal de Imóveis (IMI), assim como o agravamento da taxa para habitações secundárias, nomeadamente em zonas turísticas ou de grande densidade populacional, assim como as registadas como Alojamento Local;
4. Apoiar a eliminação de benefícios e deduções fiscais com efeitos regressivos, reforçando a transparência e aumentando a equidade e justiça social;
5. Discutir a introdução de legislação que limite a desigualdade salarial dentro de cada empresa, nomeadamente através de um rácio máximo entre salários de funcionários na mesma empresa.
6. Defender uma maior cooperação internacional, sobretudo no âmbito da União Europeia, de forma a combater a competição fiscal entre Estados Membros e a troca de informação financeira e fiscal para o combate aos “paraísos fiscais”.